

Controvérsias marxistas sobre o papel do indivíduo na História.

Valerio Arcary*

Ensina uma sabedoria antiga que Zeus enviou Pandora para castigar Prometeu, que tinha roubado o fogo para oferecer a vida aos seres humanos. Tendo, por isso, contrariado os desígnios dos Deuses e desafiado as teias do destino, fora condenado a sofrer todas as maldições mais atrozes, até que Zeus, tomado de piedade, decidiu fechar a caixa de Pandora, quando no seu interior só restava a última, porém a mais terrível das maldições. A Humanidade foi assim poupada do pior dos males, o mais invisível e o mais assustador: a perda da esperança.

Se os marxistas, como já se disse, são os filhos de Prometeu, os historiadores fizeram com Clio um pacto: a defesa da memória. Há coisas que não se podem perder.

Que lugar o marxismo reconhece para as lideranças que estiveram à frente de grandes revoluções políticas e sociais? Qual é o papel do indivíduo na história? Como se articulam as complexas cadeias de causalidades últimas e imediatas que tornam, cada acontecimento, único? Como reconhecer, sem exagerar, mas também sem diminuir, a dimensão de responsabilidade intransferível do dirigente revolucionário? Por quê o marxismo insiste na defesa de leis históricas que operam no desenvolvimento das sociedades? Ou seria estéril a busca de fatores de regularidade e de causas condicionadoras de tendências, em uma palavra, a identificação de forças motrizes que poderiam ser interpretadas como *a pressão da necessidade histórica*?

A história não pode reivindicar o estatuto de ciência sem uma teoria da história

Em resumo e, como em todo resumo, sendo brutal: Marx afirmou que as forças motrizes do processo histórico seriam, em última instância, duas tendências que se desenvolvem em forma simultânea e indivisível. *A tendência ao crescimento das forças produtivas e, inseparavelmente, as luta de classes, operam como os fatores de impulso tanto da preservação, quanto, mais importante, da mudança econômica, social, política e cultural.* Em poucas palavras: luta da humanidade pela domesticação da natureza,

* Professor de História do Centro Federal de Estudos Tecnológicos de São Paulo.

ou pela satisfação de suas necessidades; e luta entre os homens, divididos pelos antagonismos sociais, pela apropriação do excedente econômico.

Mas, nem o desenvolvimento das forças produtivas, nem a luta de classes, estabelecem um sentido para a história. Revelam, contudo, a sua substância. Ao reconhecer que a necessidade condiciona as forças de pressão do conteúdo do processo histórico, o marxismo confessa uma escolha teórica: se ele afasta qualquer tipo de finalismo ou fatalismo, condena também o indeterminismo.

Marx também alertou, que essas duas forças motrizes se manifestavam com uma intensidade variável, que se alternava em função da natureza da época: a primazia da luta de classes, por exemplo, se destacaria em períodos revolucionários, em particular em etapas de transição. Porque a pressão da necessidade histórica que se expressa através dessas duas tendências oscila, flutua, e se alterna.

Não se deveria tampouco imaginar *uma tendência intrínseca e linear ao desenvolvimento das forças produtivas*. Em diferentes circunstâncias, e em distintos modos de produção, variadas forças de bloqueio teriam se manifestado demonstrando que, a períodos de aceleração, se sucederam longas etapas de estagnação e, eventualmente, até mesmo de regressão histórica.

Por outro lado, *a centralidade da luta de classes* também merece ser considerada variável. Ela só se manifestaria em sua máxima intensidade, em épocas revolucionárias. Poderíamos até identificar, de acordo com a natureza dos períodos históricos, etapas reacionárias ou pré-revolucionárias, inversões de hierarquia na operação dessas duas forças motrizes. Tão ou mais importante, essas duas tendências de impulso podem estabelecer relações contraditórias entre si, *porque atuam reciprocamente uma sobre a outra*. Também poderiam se neutralizar uma à outra, como obstáculos mútuos, o que conduziria a uma situação de impasse e regressão civilizatória. Assim, uma época histórica em que predomine a estagnação das forças produtivas e, em conseqüência, de crescimento das forças destrutivas, como acreditamos, é a que vivemos, se caracteriza pela irrupção da luta de classes como fator principal.

As forças que explicam os fluxos e refluxos da História, as inflexões inesperadas, as longas estagnações, as bruscas acelerações, e de novo, a terrível lentidão das mudanças que não vêm, até que se precipitam transformações vertiginosas, quase como uma surpresa, não se revelam com facilidade. A História também conhece os movimentos de superfície e as transformações nas camadas mais profundas. E toda transição tem a sua gestação e as suas dores de parto. Nesses tempos de passagem, que são os nossos, aceitamos um conceito para esses momentos excepcionais nos quais a velha ordem naufraga, e aquilo que será, mal se vislumbra. Dizemos que são tempos de crise.

Herdamos de Lênin a concepção de que as crises revolucionárias são aquela rara, porém decisiva situação, em que a primazia da política se impõe, acima de tudo, e tem como fundamento, o império das subjetividades das classes, das relações de forças que se alternam na aceleração dos ritmos históricos, e da vontade humana que governa e desafia os limites do improvável. As crises precipitam as sociedades na vertigem dos dias que decidirão o destino das esperas e promessas de anos, décadas, gerações. Porque é no momento das crises que são forjadas, a ferro e fogo, as condições subjetivas da mudança social. É no calor de suas encruzilhadas, que se decidirá a sorte dos acontecimentos, para todas as classes. Nesses desenlaces dramáticos se acentua a importância das representações políticas em geral, e o papel dos indivíduos, em particular. Seriam essas conclusões uma interpretação subjetivista exagerada? Vejamos o problema mais de perto, e as controvérsias que ele já provocou.

Começemos pela questão dos sujeitos políticos coletivos. Ela se apresenta, desde as origens da História como uma disciplina científica, com toda a sua complexidade. A história tradicional das “grandes narrativas políticas” tinha exacerbado, como sabemos, até o limite, a importância dos partidos, e de forma ainda mais superlativa, das grandes personalidades. O lugar do acaso e fortuito era tal que, a ausência de qualquer personagem histórico teria, supostamente, gerado terríveis paradoxos.

Eis-nos, portanto, diante do problema do papel do indivíduo. As experiências bárbaras de culto à personalidade que se disseminaram a partir do processo pioneiro na ex-URSS, quando Stalin, ainda vivo, se fez glorificar por uma indústria de propaganda tão poderosa, quanto a força do aparelho policial-militar que instituiu o terror

como política de Estado, devem alimentar grande prudência, senão pudor, em relação ao tema. Mais recentemente, o regime da Coreia do Norte, ao garantir a transição do poder de pai para filho, instituiu a primeira monarquia que se reivindica “socialista”. Convida, em nossa opinião, tanto o desprezo, quanto inspira o sarcasmo. Mas não diminui a importância da questão teórico-histórica.

Por que apenas escolhas limitadas em cada encruzilhada histórica?

O marxismo ajudou a procurar uma explicação que deveria ser considerada, no mínimo, mais razoável, mesmo pelos seus adversários. Não porque reduziu à condição de “causalidades de décimo quinto grau” a influência das idéias e partidos políticos, ou mesmo das personalidades. Mas porque tentava demonstrar que as escolhas, em cada encruzilhada histórica, se colocavam entre poucas hipóteses, e previamente condicionadas por inúmeros fatores, muito além das vontades dos homens e mulheres que comandavam.

Nesse sentido, ao insistir em colocar os sujeitos políticos coletivos sob uma nova perspectiva, diminuía o papel dos “grandes heróis”, destacando o lugar central dos antagonismos de classe nas relações sociais. Não esqueçamos que a cruzada anti-marxista, no final do XIX, foi contemporânea da necessidade de construir uma ciência da história de inspiração positivista que estava comprometida com “a invenção de uma tradição” para os emergentes nacionalismos imperialistas. Não poucas foram, portanto, as objeções que despertou. Entre outras razões, porque a teoria da história do marxismo agigantava o papel das grandes massas anônimas, as classes sociais em luta. Essa posição, reputada como ortodoxa entre os marxistas da II Internacional, foi exposta, entre outros, por Plekhanov, no seu clássico livro, *O Papel do indivíduo na História*:

“A necessidade social mais urgente da França em fins do século XVIII consistia na substituição das velhas instituições políticas por outras que se harmonizassem mais com o novo regime econômico. Os homens públicos mais eminentes e úteis daquela época foram precisamente aqueles mais capazes de contribuir para a satisfação dessa necessidade urgente.(...) A mesma coisa se pode dizer, mais ou menos, acerca de Robespierre. Admitamos que ele representa no seu partido uma força insubstituível em absoluto. Mas, em todo o caso, não era a sua única força. Se a queda casual

de um azulejo o tivesse morto, suponhamos, em Janeiro de 1793, o seu lugar teria sido ocupado, naturalmente, por outro, embora esse outro se mostrasse inferior a ele em todos os sentidos, mas os acontecimentos, apesar de tudo, teriam tomado o mesmo rumo que tomaram com Robespierre.”¹(destaque nosso)

A exposição de Plekhanov, renomada como uma explicação notável da concepção marxista da história entre os revolucionários russos, parece irrefutável. Mas, como sempre, toda discussão tem uma história. Plekhanov era um escritor militante e construiu seu ensaio como uma arma de luta ideológica. Sua exposição dos elementos teóricos do materialismo histórico respondia a um objetivo político. Recordemos a metáfora da curvatura da vara utilizada por Lênin, em mais de uma polêmica: quando a vara está muito inclinada numa direção, se queremos encontrar o ponto de equilíbrio, é preciso incliná-la, primeiro, até ao extremo oposto. Lênin herdou este método de Marx. Um debate entre posições radicalmente opostas, não se resolve produtivamente pela via das mútuas concessões. Em um primeiro momento, para esclarecer as diferenças e reduzir as margens de erro, o melhor caminho é desenvolver cada uma das posições até ao extremo, para conferir quanto das hipóteses iniciais se sustenta.

As primeiras gerações marxistas lutavam contra um senso comum, amplificado pelos ideólogos burgueses, que desprezava o lugar das massas e, simetricamente, idolatrava o papel dos grandes personagens. Esses eram, por suposto,

¹ George Plekhanov, *O papel do indivíduo na história*. Lisboa, Antídoto, 1977, p.62-63. Sendo muito conhecida a brochura de George Plekhanov que abordou este tema consideramos obrigatório recorrer aos seus argumentos como ponto de partida. Não é desconhecido que, depois de Outubro, Lênin recomendou a publicação dos livros de Plekhanov. Elogiava, em especial, os seus trabalhos de história e filosofia, que considerava muito úteis como obras de divulgação. Mas recordemos, o mesmo Lênin, foi um pioneiro na identificação das sérias pressões oportunistas que atingiam os partidos operários do início do século. Ainda que mais cuidadoso na apreciação da II Internacional e do partido alemão, não por acaso, a ruptura na Rússia com a ala de Martov e Plekhanov foi muito precoce. Lênin foi premonitório na compreensão política de que a mudança de época, com a emergência do imperialismo moderno, teria conseqüências históricas para o movimento operário. Viu, em 1903, o que Rosa Luxemburgo só concluiu em 1910, e Trotsky só compreendeu depois de 1914. Entre outros fatores, como o papel dos monopólios e as novas condições de exploração das colônias, a nova época se caracterizaria por uma maior heterogeneidade social dos trabalhadores. A nova aristocracia operária se expressaria, necessariamente, no terreno político, na forma de evolucionismo econômico e reformismo político. Estava encerrada, para Lênin, o período histórico dos grandes partidos operários unificados. O partido único, representante de uma classe incomparavelmente mais homogênea, seria uma herança do passado. A fração revolucionária precisaria se construir de forma, irremediavelmente, separada, e em uma luta sem tréguas contra os reformistas. O menchevismo russo poderia, no entanto, ser considerado à esquerda da direita do SPD alemão. Consideramos necessário evocar o texto de Plekhanov por ter sido, mesmo depois de Outubro, uma referência de introdução ao tema para várias gerações de marxistas.

cuidadosamente selecionados em função de sua utilidade política. A virada do século coincidiu com a expansão das redes de escolas primárias, em toda a Europa, e a publicação dos primeiros manuais populares de história em cada país. A força de persuasão do senso comum não era subestimada pelo movimento socialista em crescimento. Eram conscientes da sua nefasta influência de desmoralização sobre as grandes massas. Com boas razões, portanto, Plekhanov inclinou a vara do debate até ao extremo.

No entanto, pensamos ser necessário reconhecer que a questão dos sujeitos políticos, tanto coletivos, quanto individuais, não se demonstrou tão simples quanto previa o marxismo da época da II Internacional. Reconheçamos que Plekhanov é cuidadoso. Protege a argumentação, antecipando-se à crítica: se a pressão da necessidade vier a ser neutralizada pelos inúmeros imprevistos, acasos e fortuitos, é porque os fatores objetivos não estavam maduros o suficiente. Em outras palavras, se a necessidade não abriu o caminho, é porque sua força de pressão não foi intensa o suficiente. Ou seja, reconhece o papel do acidental e aleatório. Mas ignora o lugar do acidente histórico.

Expliquemo-nos. Admitamos a hipótese, e aceitemos como convincente que outro, Saint-Just ou o irmão mais novo de Robespierre, por exemplo, poderiam ter ocupado o lugar de Maximilian, no caso de uma morte fortuita. A força do raciocínio de Plekhanov é que a ausência de Robespierre, poderia ter alterado as formas “quantitativas” do processo, ou seja, as cores e texturas do estilo que sua presença imprimiu à luta política. Mas não teria modificado o conteúdo qualitativo da ditadura jacobina como governo revolucionário disposto a defender as formas republicanas da revolução. Em outras palavras: “os rumos dos acontecimentos teria sido essencialmente o mesmo”. Vejamos:

“Mas é possível que o partido de Robespierre tivesse perdido o poder um pouco antes, de modo que agora não falaríamos da reacção termidoriana, mas da floreliana, pradaliana ou mesidoriniana. Talvez alguns possam objetar que, com o seu desapiedado terrorismo Robespierre acelerou em vez de demorar a queda do seu partido. Não examinaremos aqui esta hipótese; admiti-la-emos como se fosse completamente fundamentada. Em tal caso, terei de supor que a queda do partido de Robespierre não se teria produzido em termidor, mas em frutidor, vendimiário ou brumano. em uma palavra, *ter-se-ia produzido talvez antes ou depois. Mas em todo o caso, ter-se-ia produzido infalivelmente, porque a camada do povo*

sobre a qual se apoiava este partido não se encontrava preparada em absoluto para se manter no Poder por longo tempo. Em todo o caso, não se pode falar de resultados «contrários» aos que se obtiveram graças à enérgica contribuição de Robespierre.”²(destaque nosso)

As especulações de história contra-factual são um procedimento que, reconhecemos, é polêmico. Mas, talvez, inescapável (ou irresistível?) para o tema que nos interessa. Insuficiente, no entanto, para resolver o problema chave do lugar teórico da subjetividade na revolução social. Para compreendermos a precariedade da resposta de Plekhanov, basta inverter os termos da questão: *o paradoxo histórico, no exercício proposto, é menos a presença de Robespierre, e mais a ausência do jacobinismo*. É muito duvidoso que a revolução francesa tivesse consolidado as suas formas republicanas, e vencido a guerra contra a invasão dos exércitos monárquicos, se não existisse o clube dos jacobinos. E não se pode concluir tão ligeiramente que a necessidade histórica empurrava a pequena-burguesia urbana democrática e radical no calor da revolução democrática, em uma “via de mão única”, no sentido da construção de uma representação política como foram os jacobinos.

Recorrer às comparações históricas parece ser o método mais apropriado para compreendermos a natureza do problema. Os estudos de E.P. Thompson no *A Formação da classe trabalhadora Inglesa*, nos revelam que o jacobinismo na Inglaterra, por exemplo, foi molecular. E não é convincente explicar a sua marginalidade somente pela repressão feroz, embora ela o tenha sido. O mesmo se pode dizer sobre o republicanismo americano que, ao contrário do francês, não tinha no seu programa a abolição da escravidão. Ou ainda, como ignorar a inexistência de um partido socialmente expressivo da pequena burguesia revolucionária na Alemanha, em 1848?

As referências históricas que sugerimos permitem concluir que, nos três exemplos, o inglês, o americano e o alemão, as massas pequeno-burguesas urbanas eram tão importantes, socialmente, quanto na França, senão mais. Mas não cumpriram um papel independente e revolucionário, porque o jacobinismo político ocupou um lugar menos importante: ou chegou cedo ou tarde demais ao momento decisivo da mudança

² George Plekhanov, *O papel do indivíduo na história*, op. e loc. cit.

histórica. Assim, antes que regra, a existência de um partido revolucionário da pequena-burguesia urbana com influência de massas, não deveria ser considerada uma exceção?

Demonstra-se assim insatisfatória, ou pelo menos inconclusiva, a resposta de Plekhanov à questão do lugar dos sujeitos políticos coletivos, e das relações das classes com eles. Em outras palavras: o lugar individual de Robespierre não se revela plenamente, se o observamos apenas como o líder da “fase heróica de 93”, mas somente na medida em que o consideremos na condição de chefe político do clube dos jacobinos, *ou chefe dos milhares de pequenos chefes, que formavam o sujeito político coletivo*.

Uma história que é somente processo e nunca sujeito: necessidade histórica e protagonismo revolucionário.

Reapresentemos a pergunta. A necessidade histórica exigia que novas instituições, e um novo regime, assumissem o lugar da arcáica e obsoleta monarquia absoluta dos Bourbons. Mas, colocado o argumento nesse elevadíssimo grau de abstração, encontramos somente um fundamento objetivo para a revolução. Mas não respondemos quais seriam as causas de um movimento político como foi o jacobinismo. A força da necessidade histórica também exigia um movimento político nacional revolucionário nas colônias inglesas da América do Norte. Não obstante, por variadas razões, ali não surgiu um jacobinismo influente, e os EUA viveram duas revoluções democráticas, e só a segunda, quase cem anos depois da primeira, removeu o obstáculo da escravidão, ao custo de quinhentas mil mortes.

A força da necessidade também pressionava pelo triunfo da revolução democrática na Alemanha em 1848, como condição de uma unificação nacional por séculos adiada. Mas os partidos da pequena burguesia resultaram ser pouco expressivos, e a formação do II Reich acabou sendo consolidada pelas botas dos exércitos de Bismarck que derrotaram o Segundo Império francês. A História, entendida aqui como expressão da necessidade, *é sempre processo e nunca sujeito*. Sem a presença dos sujeitos sociais, e dos seus respectivos sujeitos políticos, seria impossível encontrar as explicações para as formas concretas que a luta de classes assumiu.

Dividamos o problema em partes. Como explicar o papel de liderança do clube dos jacobinos, inexistente em seus similares em outras nações, sem considerar *a força e profundidade, comparativamente maiores, da revolução francesa?* Sabemos que foi a revolução que, ao despertar para a arena política milhões de pessoas, até então, politicamente desinteressadas e socialmente resignadas, exigiu o deslocamento temporário da burguesia do centro da direção política. Quando as forças capitalistas começaram a hesitar, e não puderam mais conter a fúria anti-monarquista da pequena-burguesia, a própria dinâmica interna do processo revolucionário encontrou uma solução histórica atípica. Ela abriu o caminho para a radicalização em massa da pequena burguesia urbana. De tal modo que, ainda que por um lapso de tempo reduzido, pudesse ocorrer o substitucionismo social que explica o fenômeno político decisivo: primeiro, o apoio da maioria dos jacobinos a Robespierre e, depois, a conquista dos votos na Convenção pelos republicanos radicais. Essa foi a obra da revolução.

Reconhecemos, portanto, que a força da necessidade histórica se manifestou, e em tal intensidade, que esteve na raiz do substitucionismo social, e depois do político. O deslocamento à esquerda do processo revolucionário iniciado pela burguesia, quando se encontrou diante de inesperados obstáculos, precipitou cisões políticas e realinhamentos sociais que exigiram, até para que fossem preservadas as conquistas ameaçadas, a substituição da direção moderada pela pequeno-burguesa radical. A revolução, como força motriz do processo de mudança econômica e social, se expressou na vertigem que levou a que os partidos fossem sucessivamente descartados, na medida em que se demonstravam incapazes de compreender, até ao fim, a radicalidade do desafio histórico.

Podemos concluir, portanto, que só a revolução explica o lugar do jacobinismo. Mas porque o método revolucionário é tão extraordinário como solução para as mudanças históricas tantas vezes adiadas? Se os tempos históricos são lentos, é porque a sociedade humana se estrutura em torno ao profundo conservadorismo das massas. Só sob o impacto de terríveis circunstâncias, catástrofes e cataclismos, as multidões acordam do estado de apatia política, e descobrem a força irreprimível da sua mobilização coletiva. Esse é o sentido das observações de Trotsky, no Prefácio à História da Revolução Russa:

“A sociedade não muda nunca as suas instituições na medida do que necessita (...) Pelo contrário, aceita praticamente como algo definitivo as instituições a que se encontra submetida. Passam muitos anos durante os quais a obra de crítica da oposição não é mais do que uma válvula de escape e segurança para dar saída ao descontentamento das massas e uma condição que garante a estabilidade do regime social dominante; (...) Terão de ocorrer condições completamente excepcionais, independentes da vontade dos homens e dos partidos, para liberar o descontentamento das cadeias de conservadorismo e levar as massas à insurreição. *Portanto, essas mudanças rápidas que experimentam as idéias e o estado de espírito das massas nas épocas revolucionárias não são produto da elasticidade e mobilidade da psique humana, mas ao contrário do seu profundo conservadorismo. (...) As massas não vão à revolução com um plano pré-concebido de sociedade nova, mas com um sentimento claro da impossibilidade de continuar suportando a sociedade velha.*” (destaque e tradução nossos)³

Aliás, este mesmo processo, que podemos identificar como a “fórmula jacobina”, voltou a operar nas revoluções de 1848 e, para o essencial, nas revoluções do século XX. De novo, Trotsky:

“Só o setor dirigente de cada classe tem um programa político, programa que, no entanto, necessita todavia ser submetido à prova dos acontecimentos e à aprovação das massas.(...) *As diferentes etapas do processo revolucionário, consolidadas pelo deslocamento de determinados partidos por outros cada vez mais radicais, assinalam a pressão crescente das massas para a esquerda, até que o impulso adquirido pelo movimento se depare com obstáculos objetivos. Nesse momento, começa a reação: decepção de certos setores da classe revolucionária, disseminação da indiferença.*” (grifo e tradução nossos)⁴

As observações de Trotsky destacam a natureza das relações entre os sujeitos sociais e suas representações políticas. No calor dos processos revolucionários, as massas realizam uma experiência, em semanas, ou dias, que não tinha sido possível em anos ou décadas. As revoluções são uma excepcionalidade histórica, se utilizarmos as medidas dos tempos políticos, isto é, das conjunturas. Mas, se considerarmos a escala das longas durações, são uma das leis do processo de mudança social. Assim está sendo, na

³ Leon Trotsky, *História de la revolución rusa*. Bogotá, Pluma, 1982, Volume 1, p.8.

⁴ idem. *ibidem*, p. 8.

Cisjordânia e Gaza desde o início da Segunda Intifada. Na Argentina, desde Dezembro de 2001 e, de novo, em Abril deste ano na Venezuela.

Voltemos ao exemplo francês. Podemos admitir que a força da necessidade histórica empurraria com tal pressão, e de tal maneira, que outro, que não Robespierre, poderia ocupar a primeira linha da direção política, garantindo as medidas radicais de exceção, indispensáveis para derrotar a contra-revolução? Seria, como afirma Plekhanov, somente “uma ilusão de óptica histórica” qualquer conclusão “subjetivista” de que Robespierre seria dificilmente substituível? Ainda que com menor talento e imprimindo o “seu estilo” aos acontecimentos, teria surgido, com certeza, das fileiras do jacobinismo, uma outra liderança determinada e lúcida o bastante para defender a revolução, a qualquer preço?

Reconheçamos: a presença da grande personalidade é, ela mesma, um fator de bloqueio para a irrupção dos outros que poderiam ocupar o seu lugar. Tudo isso parece certo. Ainda assim, a pergunta é incontornável: teria algum outro jacobino, autoridade e firmeza suficientes para derrotar Danton? Já em uma outra perspectiva, permanece duvidoso que a revolução teria seguido o seu curso, se o jacobinismo, como sujeito político coletivo, não houvesse ocupado o lugar que foi o seu. Vejamos o que nos diz Plekhanov, em outro exemplo:

“Ao desempenhar o seu papel de “boa espada” salvadora da ordem social, Napoleão afastou assim dessa função todos os outros generais, alguns dos quais talvez a tivessem desempenhado tão bem ou quase tão bem como ele. Uma vez satisfeita a necessidade social de um governante militar enérgico, a organização social fechou o caminho para o posto de governante militar a todos os restantes talentosos militares. A sua força converteu-se em uma força desfavorável para a revelação de outros talentos deste gênero. Graças a isso tem-se a ilusão óptica a que atrás nos referimos.” (destaque nosso)⁵

O “eclipse” dos outros” ocorreu, somente em função do excesso de luminosidade que cercou Napoleão? Outros teriam, necessariamente, estado à altura das necessidades colocadas para salvar a França acossada pelo cerco das tropas contra-

⁵ George Plekhanov, *O papel do indivíduo na história*, op. cit., p.69.

revolucionárias? Ou teria a ironia da história levado ao palco da guerra revolucionária um outro general ainda mais talentoso do que o Bonaparte, quiçá sem as suas ambições cesaristas? Conferindo em Plekhanov:

“A força pessoal de Napoleão apresenta-se nos sob uma força bastante exagerada, dada que lhe atribuímos toda a força social que a ergueu a um primeiro plano e a apoiava. *Essa força pessoal parece-nos algo absolutamente excepcional porque as demais forças idênticas a ela não se transformaram de forças potenciais em reais.* E quando nos perguntam o que teria acontecido, se Napoleão não tivesse existido, a nossa imaginação confunde-se e parece-nos que, sem ela, não poderia produzir-se todo o movimento social sobre o qual se baseava a sua força e a sua influência.”⁶ (destaque nosso)

Mesmo admitindo a força do argumento, uma questão permanece insatisfatória. De novo, voltamos ao mesmo problema metodológico: quais foram as relações entre o sujeito político coletivo e as lideranças individuais no processo da revolução francesa? Sem a força social liberada pela revolução, e sem a radicalização política impulsionada pelos jacobinos teria, necessariamente, se constituído um exército, que permitiu a um jovem corso de origem plebéia, chegar à patente de general antes dos trinta anos?

Ou, em outras palavras, o exército revolucionário republicano, sujeito político-militar que substituiu, depois do Thermidor, o lugar que foi do clube dos jacobinos na passagem da guerra defensiva em guerra de conquista, não foi um elemento chave para poder compreender o papel de Napoleão? Plekhanov apresenta uma resposta, pelo menos, incompleta ao problema.

Perigos simétricos: interpretações fatalistas e acidentes históricos

O argumento fundamental de que a necessidade, finalmente, sempre abre o caminho, e ninguém é, portanto, insubstituível, pode e merece ser problematizado. A rigor, esse procedimento seria um “fatalismo laico”. A “necessidade sempre abre o caminho” é uma conclusão teoricamente legítima, mas não deve ser interpretada, simplificarmente, como um caminho que “conduz ao inexorável”.

⁶ idme. ibidem, p.69.

A necessidade histórica é um conceito que o marxismo reivindica, mas com cuidados, e somente quando faz análises em um altíssimo nível de abstração teórica. *Porque é preciso ser consciente que se está separando este fator de pressão, de um emaranhado de causas próximas que estão articuladas em uma cadeia complexa.* Seu recurso é útil, mas sempre insistindo que é em “última determinação” que se manifesta, e na forma de tendência. Parece indispensável reconhecer, também, que a necessidade opera sendo neutralizada, pelo menos em parte, por inúmeras contra-tendências que estabelecem variadas mediações.

A ausência dos fatores subjetivos “x, y, ou z” não colocava somente possibilidades “quantitativas” diferentes: a seqüência dos acontecimentos poderia ter se retardado por meses ou anos, ou até mesmo, mudado de direção. As contra-tendências poderiam, eventualmente, ser tão poderosas que abririam o caminho para alterações “qualitativas”, sui generis, soluções atípicas. Ou até acidentes históricos, ou seja, muito mais do que desvios ou atrasos de percurso. Que solução nos oferece Plekhanov para o problema?:

“Quando uma situação determinada da sociedade coloca diante dos seus representantes espirituais certas tarefas, *essas atraem para si a atenção dos espíritos eminentes até conseguirem resolvê-las. Uma vez conseguido isto, a sua atenção orienta-se para outro objectivo. Depois de resolver o problema X, o homem de talento A, apesar disso, desvia a atenção do homem de talento B deste problema já resolvido para outro problema Y (...)* São necessárias duas condições para que o homem dotado de certo talento exerça, graças a ele, uma grande influência sobre o curso dos acontecimentos. Em primeiro lugar, é preciso que o seu talento corresponda melhor que os outros às necessidades sociais de uma determinada época: se Napoleão, em vez do seu gênio militar, tivesse possuído o gênio musical de Beethoven, não chegaria naturalmente a ser imperador”⁷ (destaque nosso)

Não é difícil reconhecer que o argumento é habilidoso. No entanto, a atração dos maiores talentos de uma época, para a solução dos impasses colocados pelo desenvolvimento histórico, não se dá de forma indistinta, segundo a natureza dos problemas. A pressão da necessidade tem intensidade sempre variável. Porque os impasses

⁷ idem. Ibidem, p.70.

da civilização são, em cada época, os mais diferentes e de distinta gravidade. A questão da representação política dos interesses das classes em luta está, por certo, entre esses problemas. Mas a possibilidade de atração para a política dos maiores talentos disponíveis não é sempre a mesma, em toda e qualquer situação. Ela é indefinida, e condicionada pela interação de muitos fatores. E, por isso, é impossível ignorar a imensa margem de incerteza.

Qual é o apelo, por exemplo, que uma causa política exerce para a inteligência de cada época? Esse apelo, e a força de atração de um programa depende, e em muito, da força social das classes em confronto. Vejamos um exemplo perturbador: boa parte da “inteligência” dos países avançados nos anos trinta, e mesmo no Brasil, se sentiu intensamente atraída pela causa da revolução espanhola, e pelo campo da República, um regime democrático nos limites do capitalismo, contra Franco. Depois da ascensão de Hitler ao poder em 33, era previsível que o nazismo no poder, fortalecido por uma vitória franquista na Espanha, seria a ante-sala de uma nova Guerra Mundial. Mas quantos, entre os aliados internacionais da República, se moveram, ou ao menos levantaram a sua voz, quando as forças militares leais ao Governo de Negrín, com a cumplicidade do Partido Comunista, reprimiram implacavelmente os anarquistas que seguiam Durruti, e o POUM de Andres Nin, porque estes apoiavam as expropriações de terras e as ocupações de fábricas, desafiando os limites do respeito “republicano” à propriedade privada?

Nos mesmos anos trinta, muitos se sentiram atraídos pelo exemplo da URSS, e pelas façanhas econômicas que a propriedade estatizada e o planejamento central estavam realizando, enquanto a crise de 1929 mergulhava o capitalismo em uma depressão profunda. Mas essa corrente de simpatia pelo socialismo foi indiferente quando, no mesmo período, o estalinismo justificou com o perigo da contra-revolução, a necessidade dos julgamentos de Moscou, com todas as conseqüências que hoje conhecemos.

Recordamos algumas causas perdidas nas desventuras da luta de classes do século XX. Parece, todavia, uma simplificação meio fatalista considerar que, todas as classes, sempre encontrarão um material humano disponível para a representação dos seus interesses. O próprio Plekhanov se deu conta da necessidade de mediações:

*“Em segundo lugar, o regime social vigente não deve obstruir o caminho ao indivíduo dotado de um determinado talento, necessário e útil justamente no momento em que é preciso. O próprio Napoleão teria morrido como um general pouco conhecido ou com o nome de coronel Bonaparte se o velho regime tivesse permanecido em França setenta e cinco anos mais.”*⁸(destaque nosso)

Mas, os recursos subjetivos disponíveis, no que diz respeito à luta política, não são sempre a expressão de uma correlação de forças na luta de classes? Na longa espera que antecede uma situação revolucionária, quantos serão tão determinados a sacrificar décadas de uma vida demasiado curta, a uma causa cujo destino é tão somente incerto? Não seria mais plausível reconhecer que, para as classes exploradas, a quantidade e qualidade dos recursos disponíveis são, quase sempre, escassos?

A aproximação de Plekhanov ao problema, o famoso “robusto otimismo” do marxismo da época da II Internacional, parece radicalmente objetivista. Por três razões: primeiro, *porque ignora que o lugar dos fatores de subjetividade se alterou historicamente*. O lugar da representação política não se coloca da mesma maneira nas revoluções burguesas e nas revoluções anti-capitalistas. A própria existência e maior complexidade dos partidos no século XX, responde à necessidade, por parte de todas as classes, de diminuir as improvisações na construção de lideranças. As margens de improviso se estreitaram em função da maior importância da política como atividade de legitimação do exercício de poder. Em segundo lugar, precisa ser considerado que *os fatores de subjetividade não operam por igual e nas mesmas proporções em todas as situações políticas*. Circunstâncias excepcionais, colocam necessidades excepcionais: não é difícil compreender que o lugar dos sujeitos políticos coletivos, ou, com mais razão, das lideranças individuais, se coloca de uma maneira muito diferente, se a luta de classes segue um rumo previsível e uma forma tranqüila, sem maiores percalços, ou se ela se exacerba em torno a combates decisivos, em que a questão do poder está, de alguma maneira, em suspenso, com a possibilidade de transformações revolucionárias.

⁸ idem, ibidem, p.70.

Por último, *o problema da subjetividade não se coloca da mesma forma para todas as classes da sociedade*. Plekhanov parte da premissa que todas as classes, sejam exploradoras ou exploradas, proprietárias ou não proprietárias, sob a pressão da necessidade, resolvem a questão da sua representação política, e constroem, sem maiores distorções ou atrasos históricos, os sujeitos políticos para a defesa de seus interesses. Essa premissa é insustentável. As classes exploradas e oprimidas encontram dificuldades incomparavelmente maiores para conquistarem a sua independência política e construir os seus próprios partidos, do que as classes dominantes. O contrário, é que seria inusitado.

A qualidade do sujeito político coletivo não se improvisa

Admitamos, no entanto, como hipótese provisória, que o material humano, na sua dimensão individual, possa ser improvisado. Ainda assim, restaria o problema dos sujeitos políticos coletivos: parece indefensável considerar que a sua presença resultará, mecanicamente, como causa e conseqüência, da necessidade das classes populares em luta de expressarem politicamente os seus interesses. Esta conclusão só seria compatível com uma perspectiva, fortemente espontaneísta, de que as revoluções resolvem as suas necessidades subjetivas “en marche”, pela *força liberada da mobilização do sujeito social, que diminui, ou reduz ao mínimo, a importância da qualidade do sujeito político*. Ocorre que o marxismo não é fatalismo, mas máximo ativismo.

A simplificação ingênua do lugar dos sujeitos políticos, como um “reflexo” dos interesses em conflito na sociedade, encobre um outro erro. Ela ignora que o marxismo reconhece como central a força da ideologia dominante, inclusive sobre as classes politicamente dominadas. Ela é chave na arquitetura de uma estratégia contra-revolucionária. Mas a força dessas idéias não se manifesta somente, nem em primeiro lugar, na difusão permanente dos valores de respeito à propriedade privada pelos meios de comunicação. Muito pior e mais nociva que a lavagem cerebral da mídia, a burguesia não poupa esforços em encontrar dentro do movimento operário os seus agentes materiais.

Plekhanov, e o marxismo dominante na II Internacional sob influência de Kautsky, ignoravam, portanto, a dimensão relativamente incerta e autônoma da política. *Os partidos e, em especial, os partidos operários e populares não atuam*

imunes às pressões socialmente hostis das classes proprietárias. Não é por outra razão, que suas trajetórias estão repletas de hesitações, giros, realinhamentos, rupturas e unificações, isto é, os mais variados deslocamentos, à direita e à esquerda, *expostos a todo tipo de crises, e ainda por cima, vulneráveis ao erro.* Tampouco foi por acaso, que os chefes dos principais partidos da Internacional desprezaram solenemente a espantosa pressão que a burguesia exercia, em forma ininterrupta, sobre as organizações sindicais e políticas dos trabalhadores. Chegamos aqui ao centro da questão: para uma classe explorada a construção de sua liderança política enfrenta uma dificuldade comparativa extra. Os trabalhadores precisam lutar, simultaneamente, contra as classes inimigas, e contra aqueles, entre suas lideranças, que capitulam à pressão da ordem instituída.

Por outro lado, assim como o oportunismo, embora em outra dimensão, o erro político não pode deixar de ser considerado. Os erros são mais frequentes do que geralmente se reconhece. Não é incomum que uma classe tenha, por algum tempo pelo menos, uma percepção incorreta de quais são os seus interesses, e essa margem de descolamento é ainda maior nos sujeitos políticos. Isso ocorre quando, por exemplo, uma classe proprietária exige sacrifícios das massas para além do que essas considerem suportáveis, desprezando os limites da sua dominação. As diferentes percepções do tempo do que seria tolerável para cada classe se distanciam umas das outras. Podemos admitir que os erros são elementos aleatórios e fortuitos, e até inevitáveis. Mas, mesmo que aceitemos que se neutralizem mutuamente, deixando o desenlace das lutas serem decididos por outros fatores, deveríamos nos perguntar, em que medida, a qualidade diferenciada da liderança, coletiva ou individual, pode incidir. Ou decidir.

Entre as classes e suas direções existe, portanto, uma relação muito contraditória e sutil. As idéias dos partidos só se transformam em força material quando penetram, como se diz, nos “corações e mentes” da multidão. Ou seja, os partidos precisam manter relações de diálogo com o humor das classes nas quais se apóiam, ou estão condenadas à marginalidade. A luta política é, assim, uma expressão do combate dos partidos entre si, e das classes umas contra as outras, mas também destas com as suas próprias organizações. Resumindo: em nossa época, *nenhuma classe é tão homogênea que possa prescindir da representação em diferentes partidos.*

Sem Lênin, a oportunidade histórica de outubro de 1917 teria se perdido?

Poder-se-ia argumentar que, as forças sociais em luta, utilizaram na história o material humano que encontraram à sua disposição para realizar a defesa de suas aspirações, e isso independe da qualidade, maior ou menor, dos talentos disponíveis. Mas não resolve a questão: se a qualidade do sujeito político também pode ser improvisada, então a explicação para as vitórias e derrotas dos sujeitos sociais em luta, se restringiria à maturidade maior ou menor dos fatores objetivos. Estamos, de novo, diante de uma aproximação quase fatalista. Trabalhem com outro exemplo clássico, extraído de Deutscher, para a ilustração dos termos do problema:

*“A História esclarece duas grandes “crises internas” do bolchevismo no ano da revolução. Na primeira, Lênin, que acabara de voltar da Suíça, apresenta suas “Teses de Abril” e “rearma” politicamente o seu partido para a guerra contra o regime de fevereiro; na segunda, no penúltimo estágio da revolução, os defensores e adversários da insurreição se enfrentam mutuamente no Comitê Central bolchevique (...). Em ambas as crises, somos levados a sentir que é dos poucos membros do Comitê Central que a sorte da revolução depende: seus votos decidem se as energias das massas devem ser dissipadas e derrotadas, ou dirigidas para a vitória. O problema das massas e líderes é apresentado com toda a sua agudeza e quase que imediatamente as luzes focalizam de forma ainda mais limitada e intensiva um único líder, Lênin.”*⁹(destaque nosso)

Mas, afinal, indo ao âmago da questão: quando e em quais circunstâncias, o papel dos indivíduos poderia ser excepcional e insubstituível, se é que esses momentos devem ser considerados? Façamos, nós mesmos, um exercício de história contra-factual: e se Lênin não tivesse atravessado a Alemanha no trem blindado, não tivesse conquistado a maioria do bolchevismo para as “Teses de Abril”, e depois, para a iminência da insurreição, Outubro teria ocorrido? Um dos primeiros a se colocar o problema foi Isaac Deutscher:

“Tanto em abril como em outubro, Lênin fica quase que sozinho, incompreendido e renegado pelos seus discípulos. Membros do Comitê Central quase queimam a carta na qual ele insiste em que se preparem para a insurreição, e Lênin resolve ‘travar a guerra’ contra eles e se necessário fôr recorrer às fileiras, desobedecendo

⁹ Isaac Deutscher, *Trotsky, o profeta banido*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984, p. 250.

a disciplina partidária. "Lênin não confiava no Comitê Central – sem Lênin.", comenta Trotski, e "Lênin não estava muito errado nessa desconfiança". Em cada crise, porém, acabou convencendo o partido a adotar sua estratégia e lançou-o na batalha. Sua ousadia, realismo e vontade concentrada surgem da narrativa como os elementos decisivos do processo histórico, pelo menos da mesma importância que a luta espontânea de milhões de trabalhadores e soldados. Se a energia destes foi o "vapor" e o partido bolchevique o "êmbolo" da revolução, Lênin foi o condutor. *Trotski enfrenta, aqui, o problema clássico da personalidade na História e talvez tenha menos êxito*"¹⁰ (destaque nosso)

A análise de Deutscher é satisfatória? O bolchevismo teria encontrado o caminho de Outubro sem Lênin? A resposta não é simples, e nunca poderá ser definitiva e irrefutável. Trotsky, surpreendentemente, escreveu variadas vezes que, sem Lênin, a oportunidade histórica teria sido perdida, e nos seguintes termos:

“A [necessidade] da ditadura do proletariado se deduzia a partir de toda a situação. Além disso, era necessário instaurá-la e isso não teria sido possível sem o partido. Este, por sua vez, só poderia cumprir a missão se a compreendesse. Precisamente para isso é que Lênin era necessário. Antes de sua chegada a Petrogrado, nenhum dos chefes bolcheviques tinha se atrevido a fazer o diagnóstico da revolução(...)A direção Kamenev/Stalin se viu empurrada para a direita, na direção dos social-patriotas: mas a revolução não deixava espaço para uma posição intermediária entre a de Lênin e a dos mencheviques. A luta interna dentro do partido bolchevique era inevitável de qualquer forma. A chegada de Lênin somente acelerou o processo. Sua ascendência pessoal reduziu as proporções da crise. *No entanto, poderá alguém afirmar com certeza que, sem ele, teria o partido encontrado seu rumo? Nós não nos atreveríamos, de forma alguma, a afirmá-lo*” .¹¹(destaque e tradução nossos)

O argumento polêmico mais forte de Trotsky consiste em uma apreciação de que a oportunidade poderia ter sido perdida, *porque os prazos seriam irreversíveis*. A crise revolucionária é sempre um momento de “urgência de futuro”. Sem Lênin, a crise política do bolchevismo, em sua opinião, teria se prolongado em agonia, e

¹⁰ Isaac Deutscher, *Trotsky, o profeta banido*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984, p. 250.

¹¹ Leon Trotsky, *Historia de la revolución rusa*. Bogotá, Pluma, Tomo I, p. 300.

exaurido o partido em uma luta fracional, da qual não poderia sair intacto. E acrescenta, em forma ameaçadora: a crise do bolchevismo não foi acidental. Inexorável em qualquer organização revolucionária, seria uma lição para todos os processos por vir. Outubro de 1917 não teria se adiado para Maio ou Julho de 18, mas, simplesmente, não teria ocorrido: a oportunidade histórica teria sido perdida. Um Lênin insubstituível? Um argumento bizarro, quiçá motivado pelas circunstâncias desconfortáveis de uma adesão tardia de Trotsky ao partido de Lênin? Mas uma revolução tem os seus tempos e ritmos. A pulsação das conjunturas que se alternam em uma crise revolucionária, em velocidade acelerada, não tolera hesitações. Vejamos as conclusões finais, nas palavras de Trotsky:

*“O que é decisivo, nesses casos, é o fator tempo, e depois que o momento passou é muito difícil olhar retrospectivamente no relógio da história. De qualquer maneira, o materialismo dialético não tem nada em comum com o fatalismo. Sem Lênin, a crise que inevitavelmente seria provocada por aquela direção oportunista teria assumido um caráter excepcionalmente agudo e prolongado. Claro que as condições da guerra e da revolução não deixavam ao partido muita margem de tempo para cumprir sua missão. Por isso, poderia perfeitamente ter ocorrido que o partido, desorientado e dividido, tivesse perdido a ocasião revolucionária por muitos anos. O papel da personalidade adquiriu nesse caso proporções verdadeiramente gigantescas.”*¹²(destaque e tradução nossos)

Deutscher argumenta, contra o Trotsky de *História da Revolução Russa* (já que, na *Revolução Traída*, Trotsky esboça uma outra posição, com mais mediações) que, mesmo que a crise revolucionária aberta entre Fevereiro e Outubro se perdesse, outras voltariam a se abrir: o intervalo seria maior. Uma solução teoricamente inteligente, mas que não responde ao problema: se adiada a oportunidade, as possibilidades de vitória seriam as mesmas? Vejamos a conclusão de Deutscher:

“Trotski afirma que somente o gênio de Lênin podia enfrentar as tarefas da Revolução Russa e insinua freqüentemente que em outros países também a revolução deve ter um partido como o bolchevique e um líder como Lênin, para vencer. Não há nada de novo em falar-se da extraordinária capacidade de Lênin ou da boa sorte que teve o bolchevismo encontrando um líder como ele. Mas em nossa época, as revoluções chinesa e iugoslava não triunfaram sob partidos muito diferentes do bolchevique de 1917, e sob líderes de menor estatura? Em cada caso, a tendência revolucionária encontrou ou criou seu órgão com o material humano de que dispunha. E se parece improvável supormos que a Revolução de Outubro teria ocorrido sem Lênin, tal suposição não será tão pouco plausível

Leon Trotsky, *Historia de la revolución rusa*. Bogotá, Pluma, Tomo I, p.300.

quanto a inversa, de que um tijolo caindo de um telhado em Zurique em princípios de 1917, poderia ter modificado a sorte da humanidade neste século.”¹³(destaque nosso)

Deutscher leva o raciocínio até ao fim, e conclui que a hipótese de Trotsky seria “espantosa em um marxista”. Não estamos, no entanto, diante de uma discussão “bizantina”, mas frente ao *lugar do último elo de uma complexa cadeia de causalidades*.

A hipótese da inversão das causalidades na crise revolucionária

Se até o partido russo, um dos mais revolucionários da história contemporânea, teve uma fração hostil à luta pelo poder em plena crise revolucionária, que dificuldades esperar no futuro? A pressão das classes socialmente hostis a um projeto socialista seria tão grande que esse processo tenderia a se repetir? Não parece haver escapatória para essas perguntas, que oferecem uma localização dramática para a importância dos fatores subjetivos. Os graus de incerteza histórica aparecem, assim, na sua dimensão trágica.

O argumento mais poderoso de Trotsky é, ao mesmo tempo, simples e desconcertante: se Lênin foi, de fato, indispensável, a tal ponto, que sua ausência à frente do partido poderia ter levado à derrota, então o papel da liderança se agiganta em uma dimensão assustadora. A questão é pertinente porque, nos primeiros meses depois de fevereiro, a direção bolchevique no interior da Rússia, defendia uma linha de apoio crítico ao governo provisório. Especulava-se até com uma unificação com o menchevismo. Não foram poucas as dificuldades de Lênin para conseguir a aprovação das “Teses de Abril”. Também foi muito complexo conseguir aprovar, por maioria, a linha de preparação da insurreição. Por isso, o papel de Lênin só pode ser apropriadamente compreendido, na condição de líder dos milhares de líderes que compunham a organização bolchevique. *Sua autoridade teria sido, de fato, insubstituível, como sugere Trotsky?* Não há forma de responder categoricamente.

¹³ Isaac Deutscher, op. cit. p.255.

Reapresentemos o problema teórico: em que medida a ação recíproca dos fatores objetivos e subjetivos, incidindo uns sobre os outros, *no calor de uma crise revolucionária*, não poderia provocar uma inversão das hierarquias das causalidades, tal como estabelecidas pelo marxismo clássico? Sem Lênin, o mais revolucionário partido da história contemporânea, teria sido capaz de aproveitar a oportunidade de Outubro? Os critérios de Deutscher, como já vimos, são estritamente deterministas. Os de Trotsky, surpreendentemente, mais flexíveis: os fatores objetivos e subjetivos, também são mutuamente relativos, e guardam uma sutil interação entre si. *Em relação aos sujeitos sociais, o partido bolchevique era um fator subjetivo, mas em relação aos seus membros ele era um elemento objetivo. Em relação ao partido, a presença de Lênin era um elemento subjetivo, mas nas suas relações com os outros membros da direção, sua presença era um fator objetivo.*

Sabemos que o grau de influência da personalidade excepcional pode variar da completa irrelevância até à máxima intensidade, dependendo sempre das circunstâncias. Na maioria das vezes, seu papel oscila em algum ponto intermediário entre esses dois extremos. De qualquer maneira, em primeiríssimo lugar é necessário que todos os fatores objetivos, tenham amadurecido e o momento culminante de um longo processo de evolução histórica tenha sido alcançado: é preciso que milhões de vontades, a mobilização do sujeito social, se unam em torno de um fim comum, de forma irreprimível e com determinação inabalável.

Só então, a presença do sujeito político coletivo pode ser aquele fator a mais, o peso que desequilibra a balança, a última gota que faz o copo de água transbordar, a derradeira chama que faz a água entrar em ebulição. Só então, também, o papel do indivíduo seria decisivo. Será que tudo depende das circunstâncias, ou seja, do acaso e do fortuito: o estar na hora certa, no lugar certo? A hesitação da mão que escreve não é sobre algo trivial. Porque esse não é um dos menores enigmas da teoria: a inversão da hierarquia dos fatores de explicação histórica, extremada até ao limite.

O argumento mais sólido que encontramos sobre este tema, é o que apresentamos a seguir, em um fragmento do marxista americano George Novack.:

“O tempo é um fato de suma importância no conflito entre duas classes sociais enfrentadas. *A fase indeterminada em que os acontecimentos podem ser desviados em*

qualquer direção não dura muito. A crise das relações sociais tem de ser resolvida rapidamente por um ou outro caminho. Neste ponto, a atividade ou a passividade de personalidades predominantes de grupos, partidos e massas pode inclinar a balança para um ou para outro lado. O indivíduo somente pode intervir como um fator decisivo no processo total de determinação histórica quando todas as demais forças em jogo estão temporalmente igualadas. É então que o peso suplementar pode servir para inclinar a balança. ” (destaque e tradução nossos)¹⁴

A questão da articulação das causalidades não deveria ser pensada, portanto, indistintamente, no longo prazo e no curto prazo. O lugar dos sujeitos políticos coletivos não pode ser apreciado indistintamente em qualquer situação política. Em uma crise revolucionária, quando as decisões dos partidos e organizações podem ter conseqüências irreversíveis para todo um período histórico, a primazia dos fatores conscientes pode ser decisiva.

O argumento que afirma que os fatores subjetivos se neutralizam e anulam mutuamente, sendo irrelevantes, não parece se sustentar. São as diferentes margens de erro, ou seja, a qualidade diferenciada dos sujeitos políticos coletivos (ou individuais) em confronto que pode fazer a diferença, e inclinar a balança em uma ou noutra direção. Se, ao final, na escala da época histórica, ou seja a longuíssima duração, se abrirá ou não o caminho para que a necessidade histórica se cumpra, *é algo indeterminado no que diz respeito a um processo de transição*. Considerar o contrário, não pode deixar de ser, em última análise, um juízo teleológico. Se as oportunidades históricas colocadas pela luta de classes se perderem, podem não se repetir, e sempre existe a possibilidade de um impasse histórico prolongado, cujos desenlaces são, a priori, indefinidos. Conferindo, de novo, Novack:

“A discrepância assinalada por Deutscher entre as observações de Trotsky sobre o fato de Lênin ter sido indispensável para a vitória de Outubro e as que se referiam ao fato de que as leis objetivas da história são mais poderosas que os aspectos peculiares dos protagonistas precisa ser explicada pela diferença entre o curto e o longo prazo na história (...) *Dadas as ocasiões suficientes a longo prazo, as forças que representam as necessidades objetivas do progresso social superarão todos os obstáculos e serão mais fortes que as defesas da velha ordem. Mas isso não é necessariamente válido para qualquer estágio determinado nem para qualquer caso ao longo do caminho. Nesse ponto, a qualidade da direção pode decidir qual das alternativas autênticas originadas a partir das*

¹⁴ Georde Novack, *Para compreender la historia*. Mexico, Fontamara, 1989, p.80.

condições imperantes irá se realizar. O fato consciente possui uma importância qualitativamente distinta ao longo de toda uma época histórica do que em uma fase ou situação específica dentro dela.”(tradução e tradução nossos)¹⁵

Merece a nossa atenção, também, que as tarefas políticas vieram ganhando maior complexidade. A transição burguesa, para citar somente um exemplo, dispensou a formação de partidos políticos, no sentido contemporâneo de complexos sujeitos coletivos de representação de interesses de classe, articulados em torno a um programa. Em outras palavras e simplificando, talvez, demais: as formas relativamente amorfas dos clubes foram suficientes na revolução francesa para derrotar a monarquia decadente dos Bourbons. Assim como a organização de movimentos de inspiração semi-religiosa, mas articulados por Cromwell com a organização revolucionária do exército do parlamento, corresponderam às necessidades subjetivas da revolução inglesa. O “caudilhismo” civil ou militar foi um atalho para formas de representação político-programática mais complexas, mas demonstrou a sua eficiência em boa parte dos processos de independência latino-americana.

O problema se coloca em uma outra perspectiva, todavia, quando pensamos as condições originais da transição pós-capitalista. O proletariado, enquanto classe, permanece na condição de classe economicamente explorada, politicamente dominada e culturalmente oprimida quando se levanta em luta contra o capitalismo. As suas dificuldades de construir a sua subjetividade são, portanto, incomparavelmente mais complexas do que as limitações que a burguesia enfrentou, no seu tempo, na condição de classe média da ordem medieval.

Ao contrário da burguesia, que podia construir a sua subjetividade a partir do material humano destilado de suas própria fileiras, os trabalhadores dependem, por exemplo, da capacidade de atrair intelectuais de outras camadas da sociedade para a sua causa. Seria, é claro, superficial, ignorar que um fenômeno semelhante a esse, também ocorreu na transição do feudalismo para o capitalismo. Ao longo dos quase quatro séculos da transição burguesa, não foram poucos os “trânsfugas” da nobreza que se uniram à causa revolucionária burguesa. Essa capacidade de polarização das classes revolucionárias, em cada época, revela, no entanto, mais da sua força do que da sua fraqueza.

¹⁵ idem, ibidem; p.80.

A força social de mobilização do proletariado, ou até dos camponeses e de outras classes subalternas, também se expressa nessa capacidade de atração de personalidades mais sensíveis, mais corajosas, ou mais inteligentes de outras classes. *Mas as dificuldades subjetivas de uma transição histórica, devem ser consideradas, comparativa e proporcionalmente, às tarefas que ela precisa enfrentar, isto é, à força objetiva e subjetiva da contra-revolução.* Nesse sentido a transição pós-capitalista tem pela frente obstáculos únicos e muito superiores à transição burguesa: não se trata de substituir uma classe proprietária no controle do aparelho de Estado por outra, mas de levar ao poder a maioria do povo.

Poder-se-ia argumentar, na linha do que foi o marxismo da Segunda Internacional, que as margens de erros são as mesmas para todas as classes e que, ao final, se anulam. Como a época seria revolucionária, o tempo, a medida última e fundamental da transição, *trabalharia a favor das classes sociais historicamente progressivas.* Assim, na escala de uma transição histórica, para além das vicissitudes transitórias, das escaramuças parciais, das grandes tragédias e das derrotas conjunturais, *no longo prazo,* a tendência à crise geral do capitalismo seria inexorável, e as classes trabalhadoras estariam acumulando forças.

No entanto, a disparidade entre a maturidade dos fatores objetivos e subjetivos se desenvolve em um processo desigual, e nas mais diversas proporções. O amálgama resultante é sempre uma surpresa histórica. Em uma palavra, o subjetivo pode ser qualitativo. Parece, portanto, mais plausível considerar que as escalas de tempo operam contraditoriamente sobre os sujeitos sociais em luta: se na longa duração, amadurecem *quantitativamente* os fatores objetivos da transição pós-capitalista que fortalecem a classe trabalhadora, nos curtos prazos, o atraso e imaturidade dos subjetivos cobram, *qualitativamente,* a desvantagem diante dos aparelhos políticos contra-revolucionários, e dificultam as condições para a vitória.